## LEI N. 577, DE 10 DE OUTUBRO DE 1911

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado de Matto Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa decretou e en sanccionei a seguinte lei:

Art 1.º—Fica concedido ao cidadão Alberto Alvares de Azevedo e Castro privilegio, por noventa annos, a contar da data da publicação desta lei, para construcção uso e goso de uma estrada de feiro de bitola de um metro, que, partindo desta capital, vá á cida le de Sint'Anna do Paranahyba neste Estado, em o ponto mais conveniente, com ramal desta capital ao ponto navegavel do Rio das Mortes ou do Araguaya, proximo de sua confluencia.

Art. 2.º—No contracto que o concessionario será obrigado a effectuar com o Governo do Estado, para execução da presente lei, serão estipulados os seguintes favores:

- a) O Governo solicitara do da União auxilios para a colonisação da zona servida pela estrada de ferro;
- b) Dará direito ao concessionario para mineração, dentro da faixa da estrada, respitados os direitos de terceiros;
  - c) Concederá os favores de que trata a lei n. 116 de 26 de Junho de 1895.
- Art. 3.º—No mesmo contracto o concessionario se obrigará aos onus das leis em vigor, applicaveis ao caso, mediante os favores permittidos por ellas, com mais quaesquer outras condições que parecerem necessarias aos interesses do Estado, marcados os prazos para o cumprimento das clausulas estabelecidas.

Art. 4.º-Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da respente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir fielmente.

O Secretario do Governo a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 10 de Outubro de 1911, 23 da Republica.

(L. S.) Joaquim A da Costa Marques.

Foi sellada e publicada a presente lei nesta Secretaria do Governo em Cuyabá, aos dez dias do mez de Outubro de mil novecentos e onze.

O Secretario interino, José M. da Silva Pereira.